

Ignácio Rangel e Silvia Federici

O trabalho reprodutivo no centro do debate sobre desenvolvimento

Ignácio Rangel and Silvia Federici

Reproductive work at the center of the debate on development

Álvaro Tavares*

► DOI: <https://doi.org/10.14295/principios.2675-6609.2024.170.010>



O economista brasileiro Ignácio Rangel (1914-1994) e a filósofa italiana Silvia Federici (1942)

RESUMO

Em um contexto pós-pandêmico, a discussão sobre o trabalho de cuidados tem voltado para o centro do debate entre desenvolvimentistas, seja para viabilizar as infraestruturas de cuidados, seja para pensar a reindustrialização nacional através da criação de um complexo industrial da saúde. Há mais de 60 anos um pouco estudado intelectual marxista brasileiro já julgava essa questão nevrálgica para entender temas como a reforma agrária, as contradições do processo de industrialização e a inflação: Ignácio Rangel. Neste artigo, é oferecida uma leitura da questão agrária na obra do economista maranhense, tendo como ótica a importância do trabalho doméstico (majoritariamente realizado por mulheres) para o entendimento do subdesenvolvimento brasileiro, bem como dos desafios para sua superação. Mais do que fazer apenas considerações laterais acerca desse tema, Rangel, em pelo menos quatro de suas obras (basilares para o argumento aqui desenvolvido), demonstrava que as condições de transferência do trabalho realizado na “economia natural” (seja nas cidades, seja no campo) para o emergente mercado de trabalho era um dos principais desafios para o desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico. Nesse sentido, sob a inspiração das considerações teórico-metodológicas da marxista Silvia Federici sobre a importância do trabalho doméstico para o mundo da produção, é feita aqui uma leitura da obra de Rangel a partir da questão dos cuidados, buscando identificar avanços e potenciais limites de seu pensamento sobre essa questão, sem, no entanto, escorregar em certos anacronismos. Por fim, sustenta-se que tal perspectiva pode liberar novas formas de interpretar os clássicos do pensamento econômico brasileiro.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Subdesenvolvimento. Cuidados. Questão agrária.

ABSTRACT

In a post-pandemic context, the discussion about care work has returned to the center of the debate among developmentalists, whether to make care infrastructures viable or to think about national reindustrialization through the creation of a health industrial complex. More than sixty years ago, a little-studied Brazilian Marxist intellectual already selected this issue as a crucial one to understand themes such as agrarian reform, the contradictions of the industrialization process and inflation: this is Ignácio Rangel. In this article, a reading of the agrarian issue in the work of the economist from Maranhão is offered, taking into consideration the importance of domestic work (mostly carried out by women) for understanding Brazilian underdevelopment, as well as the challenges to overcoming it. It is argued that less than a side consideration, Rangel, in at least four of his works (which are crucial to the article's argument) — demonstrated that the conditions for transferring work carried out in the “natural economy” (whether in cities or in the countryside) for the emerging job market was one of the main challenges for triggering the process of economic development. In this sense, through the theoretical considerations of Marxist Silvia Federici on the importance of domestic work for the world of production, Rangel's work is read from the issue of care, seeking to identify advances and potential limits of his thinking on this issue, without, however, slipping into certain anachronisms. Finally, it is argued that such a perspective can release new ways of interpreting the classics of Brazilian economic thought.

Keywords: Development. Underdevelopment. Care. Agrarian question.

1. INTRODUÇÃO

A rica obra de Karl Marx é constituída por certas ausências. Talvez a principal delas se expresse através do apagamento da importância do trabalho reprodutivo para o funcionamento da engrenagem capitalista. É isso o que afirma a autora marxista Silvia Federici ao apontar para esta que é a outra face do processo de valorização da forma mercadoria: o trabalho de mulheres e crianças nas atividades que envolvem o espaço doméstico, como a limpeza da casa, o preparo das refeições e o trabalho de cuidados (Federici, 2021). Em sua obra, a ênfase nessa questão se desdobra em uma orientação para a própria militância do movimento feminista e dos partidos de esquerda: a luta pelo direito das mulheres ao salário pelo cumprimento das tarefas que envolvem os cuidados.

Na periferia do sistema capitalista, um outro intelectual marxista também apontava para as consequências desse apagamento entre seus colegas economistas: Ignácio Rangel. No entanto, as razões que motivaram essa denúncia de Rangel eram distintas das de Federici. Funcionário do BNDE, Rangel insere a questão do trabalho reprodutivo entre os desafios de superação do subdesenvolvimento. Aqui, enxergar as alavancas que permitiriam ao Estado atender às demandas do processo de industrialização condiciona a forma como ele enxerga qual deve ser o papel do complexo rural, onde está o maior resíduo de mão de obra dedicada aos trabalhos que envolvem a reprodução social.

Neste artigo, utilizo-me das questões suscitadas por Federici para fazer uma leitura da obra do economista brasileiro. Desse modo, mobilizo o enquadramento teórico de Federici para interpretar temas como a questão agrária, o planejamento do complexo rural e as contradições do processo de industrialização. Com isso, demonstro a importância da temática de gênero no debate sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, ponto limitadamente discutido pelos autores clássicos dessa temática, como Celso Furtado e Raúl Prebisch, mas que ganha relevância em várias das obras de Rangel.

No próximo tópico, discuto o papel do trabalho reprodutivo para o desenvolvimento capitalista através da obra de Silvia Federici. Isso porque Federici revela que a face oculta do trabalho industrial é o trabalho realizado majoritariamente pelas mulheres em casa. Esse ponto também tem relevância na obra de Rangel, já que para esse autor a transferência do trabalho doméstico para o mercado é um ponto nevrálgico para o desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico. Por isso, pretendo primeiro expor a base do pensamento de Federici, já que isso condicionará a leitura que faço de Rangel nos tópicos seguintes.

Em seguida, forneço uma visão geral sobre como Rangel entendia o papel do complexo rural no processo de desenvolvimento econômico do Brasil. Aqui, exponho sua visão sobre a liberação de trabalhadores da agricultura de subsistência, e de como isso leva ao aumento da produtividade do trabalho, ponto central para o enfrentamento do subdesenvolvimento. Tal reflexão será fundamental para o leitor, no tópico seguinte, entender como um processo semelhante também ocorre nos limites do espaço urbano: aqui a liberação dos afazeres da casa (limpar, cozinhar, lavar) pode inserir uma massa de pessoas no emergente mercado de trabalho nas grandes cidades e, com isso, elevar a produtividade social. No tópico seguinte, demonstro como Rangel reposiciona seu entendimento sobre o trabalho reprodutivo à medida em que a realidade da questão agrária ganha novas complexidades. Em seguida, defendo a tese de que a compreensão da realidade enquanto algo em movimento é



Ao publicar vídeos mostrando atividades do seu dia a dia, a dona de casa Jozyaria Souza, de Petrolina (PE), alcançou a marca de 2,3 milhões de seguidores em seu perfil no Instagram — @jozyaria —, no qual a maioria dos comentários apresenta um tom de “romantização” das duras jornadas de trabalhos domésticos

fruto da influência que Hegel (1992) tem no seu pensamento. De fato, demonstro que essa assimilação produz consequências teórico-metodológicas na forma pela qual Rangel descreve o trabalho reprodutivo. Nas considerações finais, exponho críticas à abordagem de Rangel sobre o trabalho doméstico sem, no entanto, escorregar em certos anacronismos.

Este artigo tentará fornecer uma visão geral sobre a questão agrária na obra de Rangel. No entanto, pretende dar ênfase às seguintes obras: *O desenvolvimento econômico no Brasil* (Rangel, 2012e), *Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro* (Rangel, 2012d), *Desenvolvimento e projeto* (Rangel, 2012b) e *A questão agrária brasileira* (Rangel, 2012a). Embora essas obras guardem entre si sutis diferenças no que tange ao posicionamento de Rangel acerca da questão agrária, todas as quatro discutem com grau razoável de complexidade a questão do trabalho reprodutivo e de como ele se insere nos desafios do desenvolvimento econômico.

2. FEDERICI E O TRABALHO REPRODUTIVO

A partir de uma crítica ao apagamento da importância do trabalho reprodutivo por parte de Marx (2013) em sua teoria do valor, Federici (2017; 2018; 2021) sustenta que os cuidados com a casa, com a saúde dos filhos e com o suporte afetivo dedicado a eles (tarefas domésticas historicamente associadas às mulheres¹) eram tão importantes para a valorização do capital quanto o dito trabalho produtivo dos homens nas grandes fábricas da Inglaterra do século XIX. Como afirma ela:

Marx não reconheceu a centralidade do trabalho reprodutivo, nem para a acumulação de capital nem para a construção da nova sociedade comunista. Ainda que ele e Engels tenham descrito as péssimas condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora na

1 Federici está se referindo ao trabalho doméstico feito por mulheres no contexto de industrialização da Inglaterra no século XIX, contexto em que Marx (2013) fez suas pesquisas para *O Capital*.

Inglaterra, ele quase naturalizou o processo de reprodução, sem nunca imaginar como o trabalho reprodutivo podia ser reorganizado em uma sociedade pós-capitalista ou no próprio curso da luta (Federici, 2018, p. 266).

Em Federici, evidenciar tal insuficiência faz parte de seu esforço de, por um lado, fazer uma leitura crítica da obra de Marx, e, por outro, lançar luz sobre a importância da luta das mulheres no que concerne ao reconhecimento do trabalho de cuidados.

Em sua obra, Silvia Federici tenta justamente revelar como essas redes de apoio têm papel central para a valorização do capital, mesmo que passem por sucessivos processos de silenciamento. Nesse sentido, Federici (2018; 2021) tenta desvendar as razões históricas e políticas que fizeram tanto Karl Marx quanto o movimento operário da Inglaterra do século XIX omitir o trabalho que garantia aos trabalhadores homens chegarem às fábricas com energia corpórea suficiente para passar pelas longas rotinas de trabalho insalubre. A autora busca compreender esse apagamento pela não adequação do trabalho reprodutivo à dinâmica de exploração central para o modo de produção capitalista, na qual o burguês expropria o proletário daquilo que para aquele representa o lucro e para este expressa a alienação, a mais-valia (Marx, 2013). Desse modo, o proletário trabalha o tempo necessário para receber em salário aquilo de que necessita para se reproduzir enquanto trabalhador (moradia, alimentação, vestimentas), mais um adicional expropriado pelo seu patrão, a chamada mais-valia. Como o trabalho das mulheres no espaço de casa (que vai desde tarefas domésticas como manter a casa limpa e preparar a alimentação diária dos trabalhadores até tarefas de cuidados quando filhos e maridos ficam doentes e não conseguem mais produzir) não se enquadra naquela discussão, ele não mereceu atenção equivalente ao que Marx chamava de trabalho produtivo, este sim responsável por produzir o mais-valor.

O que Federici nos mostra é que esse trabalho é tão “produtivo” quanto aquele feito pelos homens nas fábricas, a ponto de os próprios Estados nacionais investirem em políticas para tirar as mulheres das fábricas e levá-las para o espaço das casas, já que isso seria fundamental para os homens terem tempo em casa para descansar e se recuperar para o dia seguinte de labor (Federici, 2021). Com isso, a burguesia também poupava o pagamento de salário para as mulheres, já que estas não tinham seu esforço de cuidados tido como algo fundamental para a produção de valor, embora fornecessem o combustível para prover a principal mercadoria do capitalismo, a força de trabalho.

De fato, é num contexto de silenciamento daqueles tipos de labor que se situam fora dos perímetros das grandes fábricas que se insere o apagamento, na obra de Marx, do trabalho reprodutivo. Mais que uma mera “posição teórica” (Federici, 2021, p. 138), a tentativa de sustentar a figura do trabalhador enquanto homem (em boa parte das vezes, branco) é algo que acompanha a própria formação do Estado moderno, como é o caso da França:

Como Federico Tomasello mostrou em *L'inizio del lavoro* [o início do trabalho], desde os anos 1830, especialmente na França, houve um complexo processo social pelo qual o Estado e o incipiente movimento operário redefiniram o trabalho e a figura do trabalhador de uma maneira que excluía as pessoas não assalariadas e privilegiava quem estava empregado no trabalho industrial (Federici, 2021, p. 138).

Nesse contexto, enquanto os trabalhadores assalariados podiam gozar de certos direitos sociais e reivindicar garantias através da legislação trabalhista, aquela ampla gama de

sujeitos que envolvia “trabalhadores domésticos, camponeses, pessoas de origem africana escravizadas”, além de “pedintes e errantes em busca de trabalho, serventes, quebra-galhos nas cidades” permanecia excluída da obra do economista alemão (Federici, 2021, p. 139). Atribuindo-lhes frequentemente a alcunha de lumpemproletariado, Marx não os reconhecia como agentes do processo de transformação social. Porém, como afirma Federici, não sendo apenas reserva de mão de obra nas grandes cidades, essas massas de despossuídos também se envolviam em ciclos de revolta popular e reivindicação por direitos. É o caso dos sucessivos “motins por comida, contra a fixação de preços, ataques a padarias, mercearias e carroças que levavam grãos aos portos para serem exportados” (Federici, 2021, p. 139), ações que acometiam toda a Europa ao longo do século XIX.

3. O PLANEJAMENTO DO COMPLEXO RURAL EM RANGEL

Assim como em Federici, em Rangel (2012e) a compreensão da importância do trabalho doméstico (assim como o dos despossuídos em geral) para o mundo da produção — mesmo que com objetivos políticos distintos — também é de suma relevância. No entanto, o que motiva a compreensão de Rangel sobre essa temática são os desafios impostos pelo subdesenvolvimento brasileiro, expressos nos desafios apresentados pela questão agrária.

É justamente nessa questão que se concentra o principal fator de discordância que Rangel tinha em relação aos economistas heterodoxos, como Furtado (2005). Enquanto estes defendiam a solução da questão do campo (através da reforma agrária) como uma pré-condição para o desencadeamento do processo de industrialização, Rangel advogava tese diversa, qual seja, a de que a industrialização das cidades puxaria a (baixa) produtividade da agricultura:

A raiz das discordâncias entre Rangel, os marxistas dependentistas e estruturalistas está na percepção — muito comum entre ambas as escolas de pensamento — de uma dinâmica industrial dependente do desempenho da agricultura. Em outras palavras: o não desenvolvimento de nossa agricultura era fator de retardamento [do] desenvolvimento nacional como um todo (Jabbour, 2017, p. 571).

Ao contrário, em Rangel é o desenvolvimento da indústria nas cidades (e a complexificação da divisão social do trabalho que acompanha tal processo) que puxa a sofisticação da agricultura, no sentido da mecanização e de um patamar maior de racionalidade das atividades produtivas do campesinato. Aqui, a agricultura se desenvolveria no sentido de assumir o comércio exterior como fator dinâmico da elevação (ou não) da produtividade do campo, por um lado (Jabbour, 2017), e da absorção das contradições da industrialização das cidades, por outro (Rangel, 2012a). Tais fatores fariam com que a agricultura por vezes precisasse “liberar, reter ou mesmo reabsorver mão de obra, conforme as circunstâncias, de acordo com as necessidades das próprias atividades agrícolas e as dos demais setores do sistema econômico” (Rangel, 2012a, p. 67).

Portanto, para suportar e suprir as demandas da industrialização desencadeada pelo processo de substituição de importações, a agricultura precisaria liberar trabalhadores e trabalhadoras das atividades secundárias e terciárias do complexo rural — o que Rangel (2012d) intitula de unidades seminaturais —, como é o caso das atividades que envolvem a construção e manutenção das suas próprias casas. Isso implicava a criação de capacidades institucionais, científicas, técnicas e logísticas (como as utilizadas na produção de bens de

Assim como em Federici, em Rangel a compreensão da importância do trabalho doméstico (assim como o dos despossuídos em geral) para o mundo da produção — mesmo que com objetivos políticos distintos — também é de suma relevância

capital, rodovias, tratores) que dotassem o homem e a mulher do campo de instrumentos para concentrar suas atividades na produção de bens agrícolas, no que fosse possível para o patamar de desenvolvimento da indústria de cada sociedade.

Ou seja, cada vez mais o agricultor precisaria deixar de dedicar tempo à produção daqueles alimentos brutos e matérias-primas que não têm procura fora da economia agrícola (e que são dedicados ao próprio consumo da família camponesa) (Rangel, 2012e) e se dedicar a ramos especializados da produção agrícola, com o objetivo de vender seus produtos para outras unidades produtivas. De fato, na obra de Rangel o próprio desenvolvimento econômico pode ser compreendido como a irradiação, no complexo rural, de setores de produção cada vez mais especializados, gerados por novas e superiores formas de divisão entre a produção natural (de subsistência) e a produção para o mercado (Rangel, 2012d; 2012e).

Nesse sentido, nas condições impostas pelo subdesenvolvimento, as atividades extramercantis do complexo rural tomam todo o tempo do camponês, o que deprime sua capacidade de produzir bens agrícolas:

Nessas condições, não admira que o país seja pobre, porque o trabalho é muito pouco produtivo quando aplicado à produção direta, por várias razões: primeiro, porque, como as necessidades do homem, por muito primitivo que seja, são variadas, a satisfação dessas necessidades pela via direta exige que a mesma pessoa seja o que se costuma dizer de oficial de mil ofícios — não sabendo fazer bem e depressa nenhuma das coisas a que se aplica. Desse modo, o homem é, necessariamente, mau agricultor, mau construtor civil, mau tecelão, mau cozinheiro etc. (Rangel, 2012d, p. 157)

De fato, sendo o complexo rural um “complexo de mil atividades”, o camponês, “dedicando-se a tantas coisas ao mesmo tempo, não pode aperfeiçoar seu método de trabalho” (Rangel, 2012d, p. 157).

Portanto, para Rangel (2012d), ao se aprofundar, a industrialização progressivamente iria desenvolver capacidades de absorver as atividades não mercantis que tomam tempo do agricultor, o que ajudaria a tirar do camponês o fardo de ter de se dedicar às “mil ativida-

des”. Tal processo levaria à criação de cada vez mais novos ramos da indústria, a ponto de se dividirem em nichos distintos as atividades que eram até então realizadas pelo camponês, de modo a tornar o próprio conjunto das atividades que envolvem a produção dos bens agrícolas ele mesmo uma indústria separada. Nesse sentido, as operações de tecelagem realizadas pelas mulheres seriam transferidas para uma fábrica de tecidos e as atividades do “adolescente que pila o arroz” se exerceriam em uma “fábrica de beneficiamento desse cereal” (Rangel, 2012d, p. 153).

No entanto, “essa transferência não pode ser feita por decreto” (Rangel, 2012b, p. 232). De fato, argumenta Rangel, como as famílias não podem ser divididas entre as que realizam a produção de bens agrícolas, de um lado, e as que realizam as atividades não agrícolas do complexo rural, de outro — seja pelo fato de que um mesmo membro pode concretamente realizar ambas as modalidades de tarefa, seja pela impossibilidade de separar os membros de uma mesma família para objetivos de racionalização do complexo rural —, o processo de redistribuição gradual dos recursos produtivos desse complexo exige mudanças comportamentais progressivas no âmbito da família:

É preciso induzir uma gradual redistribuição dos recursos produtivos de cada família rural, modificar o próprio modo de vida das famílias, a fim de que parte delas abandone algumas atividades não agrícolas, voltando-se predominantemente para a agricultura, de tal modo que outras famílias possam ser redistribuídas (Rangel, 2012b, p. 232).

Esse processo, portanto, não requer apenas uma mudança na técnica de produção, mas implica, sobretudo, uma mudança no modo de produção (Rangel, 2012b) e, por conseguinte, uma nova distribuição de tarefas no seio da família camponesa, bem como das funções que cada um de seus membros deve exercer em virtude da nova divisão social do trabalho.

Tomando a perspectiva da família camponesa, essa nova divisão poderia levar a uma melhora de suas condições de vida, uma vez que aquilo antes obtido através do labor nas “mil atividades” será agora comprado de outras indústrias. Ou seja, o que era conquistado através do trabalho exercido em condições precárias por cada um dos membros da família será agora alcançado com a venda dos bens agrícolas, que se torna prioridade.

Do ponto de vista do planejamento de Estado, tal divisão proporcionará uma maior capacidade de manejar a produção de bens agrícolas de acordo com as necessidades da cidade (seja em momentos de desemprego urbano, seja em momentos de expansão da demanda) e com os desafios impostos pelo comércio externo (sobretudo nos momentos em que o processo de substituição de importações apresente sinais de declínio).

4. A REPRODUÇÃO DOS PROBLEMAS DO COMPLEXO RURAL NAS CIDADES

Imagem reversa dessas questões se reflete nas cidades. Segundo Rangel, nos grandes conglomerados urbanos sobrevive uma imensa reserva de economia natural, expressa por aqueles trabalhos responsáveis por alimentar e vestir os operários que migram para as cidades em busca de melhores condições de vida.

De fato, existe nos centros urbanos uma série de atividades que, mesmo não remuneradas, entregam bens e serviços necessários ao consumo e ao investimento da população (Rangel, 2012e, p. 119). No entanto, tais atividades não se traduzem em renda monetária,

já que aqueles que realizam tais atividades não recebem salários, e, por conseguinte, nem o indivíduo nem o potencial empresário responsável pelo pagamento do salário e pelo recolhimento dos impostos através dos lucros obtidos contribuem para o tesouro nacional (Rangel 2012e, p.119). Nem por isso tais trabalhadores deixam de ser considerados como produtivos por Rangel:

Se observarmos as atividades não remuneradas da população não agrícola, descobrimos que, assim como as remuneradas, elas resultam em um fornecimento de bens e serviços necessários ao consumo e ao investimento da população. Direta ou indiretamente, podem ser consideradas como atividades produtivas. Não parece haver nenhuma razão para considerar que atividades como preparação de alimentos e conserto de roupas são produtivas quando realizadas em restaurantes e alfaiatarias, e não são produtivas quando realizadas em âmbito doméstico (Rangel 2012e, p. 119).

De fato, o apagamento das tarefas domésticas leva a um verdadeiro falseamento das contas nacionais (Rangel, 2012d, p.155), pois aquilo que a trabalhadora produz nas tarefas que envolvem o trabalho doméstico (lavar, cozinhar e cuidar dos filhos) deveria entrar, nos termos da contabilidade social, no cômputo do que a família poupa, já que não precisa gastar sua renda em refeições, ou em creche para as crianças. Por isso, a renda efetiva da família não é formada apenas por aquilo que é obtido pelos membros que saem de casa para trabalhar:

Mas é claro que o que poderíamos chamar de renda efetiva da família é igual ao salário que ganham os membros ativos, no sentido estatístico corrente, mais o valor dos bens e serviços que a família poupa, porque a dona de casa os fornece diretamente, cuidando dos filhos, confeccionando roupa, preparando e servindo comida (Rangel, 2012d, p. 156).

No entanto, enquanto o trabalho em casa, ao poupar salário, gera benefícios apenas para a família, a trabalhadora, ao sair de casa e se voltar para o mercado de trabalho, pode, além de aumentar a renda efetiva da própria família (caso o salário que passe a receber como operária exceda o valor antes poupado pelo trabalho em casa), propiciar um aumento de produtividade para toda a coletividade. Isso porque o mesmo tempo de trabalho que antes era despendido em casa pode se traduzir, na nova condição de força de trabalho remunerada, em “uma diferença que constitui o lucro da empresa que a emprega, do qual parte é deduzida para pagar os impostos, constituindo assim renda para o Estado” (Rangel, 2012d, p. 162).

Rangel, todavia, não compreende aquele ato de poupar salário como uma dimensão apenas reativa, ou como um ato de avareza. Ao contrário, tal ato é considerado, em si mesmo, uma forma alternativa de produzir bens. De fato, ao demonstrar como as flutuações do comércio externo produzem consequências para a organização da economia natural (seja no campo, seja nas cidades), no sentido de condicioná-la a obter internamente o que antes era suprido pelo estrangeiro, Rangel argumenta o seguinte:

[A] economia reagia aos movimentos do comércio exterior, da capacidade para importar, por uma substituição de importações no *nível da economia natural*. Seu comportamento era em tudo análogo ao estudado acima para a família urbana moderna. Ganhar salário e poupar salário, entendida esta última ocupação não como um ato negativo, o simples fato de não gastar, mas como um ato positivo de produção. Não como um ato de avareza, mas como uma forma alternativa de produzir bens e serviços necessários. Ao



Mulher trabalha em plantio de subsistência no quintal de sua casa em Upanema (RN)

contrário do avarento, a dona de casa laboriosa atende a certas necessidades da família sem dispêndio monetário, o que equivale a dizer que ganha um “salário” adicional. O avarento se priva; a dona de casa não priva a família: oferece-lhe uma satisfação alternativa das necessidades (Rangel, 2012b, p. 239).

Para além disso, a evolução da ciência e da técnica ajudaria a reduzir as tarefas em âmbito doméstico. Isso porque, à medida que os aparelhos eletrodomésticos se sofisticam (algo também impulsionado pelo processo de industrialização), o tempo destinado às tarefas domésticas tenderia a se reduzir. Assim, as máquinas de lavar iriam poupar tempo de crianças e mulheres nos tanques de lavar roupa, bem como o forno a gás iria facilitar o cozimento dos alimentos (Rangel, 2012b):

Quer isso dizer que a liberação da mão de obra trabalhadora doméstica supõe certa medida de racionalização e mecanização dos trabalhos domésticos, exatamente como vimos ser o caso da agricultura. Aumenta, conseqüentemente, a procura de apetrechos domésticos (a geladeira, o fogão a gás, a máquina de lavar, a máquina de costura) (Rangel, 2012b, p. 245).

Nesse sentido, reduzir ao máximo o tempo despendido em trabalho doméstico, induzindo a transferência do trabalho exercido na economia natural para a economia de mercado — seja no campo, seja nas cidades —, é justamente “o ponto de partida do desenvolvimento” (Rangel, 2012d, p. 166).

5. A SAZONALIDADE DO CAMPO

Ponto alto da obra de Rangel é a sua compreensão da realidade como algo em permanente movimento. De fato, influenciado pelas ideias de Hegel (Jabbour, 2017), o econo-

O apagamento das tarefas domésticas leva a um verdadeiro falseamento das contas nacionais, pois aquilo que a trabalhadora produz nas tarefas que envolvem o trabalho doméstico (lavar, cozinhar e cuidar dos filhos) deveria entrar, nos termos da contabilidade social, no cômputo do que a família poupa, já que não precisa gastar sua renda em refeições, ou em creche para as crianças

mista maranhense encarava o desenvolvimento econômico não a partir de retratos estanques da realidade, mas enquanto desdobramento de contradições entre produção e condições de trabalho, e entre distribuição da riqueza e seu modo de apropriação:

Não é fácil e pacífica a caracterização do processo de desenvolvimento econômico. Trata-se, como em todo fato histórico, de processo extremamente complexo, ao longo do qual tudo muda na vida social: a distribuição da população, as condições de trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica de produção. Paralelamente, muda também a cultura, isto é, a ideia que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive (Rangel, 2012d, p. 133).

Tal cuidado em construir categorias que expressem a realidade em movimento leva-o a desenvolver propostas de intervenção no processo econômico distintas para diferentes possibilidades de desenvolvimento da realidade concreta. Nesse sentido, se para o processo inicial de substituição de importações a principal expressão da questão agrária se concentra no esforço de abertura do complexo rural — e na racionalização de suas atividades através da criação de ramos especializados na indústria —, com o fluxo de pessoas para as cidades e a possibilidade de a questão urbana se expressar através da superpopulação nas cidades e, por conseguinte, no aumento do desemprego nesses locais, a função do complexo rural para o processo de desenvolvimento mudaria de forma. Aqui, esse complexo precisaria desenvolver capacidade de reter o excedente populacional das cidades através da concessão de terras para trabalhadores perto (mas fora) do perímetro das fazendas em que estes viessem a trabalhar.

Tal sugestão também entra em linha com a necessidade de conceder função para aqueles trabalhadores que ficam desocupados em razão do caráter sazonal do plantio. Nos

momentos de baixa na colheita, os trabalhadores poderiam então se ocupar com as funções de subsistência da família, e com isso poupar suas respectivas rendas:

Para resolver o problema da escassez sazonal de mão de obra nas áreas de monocultura muito desenvolvida, onerosa tanto para o empresário agrícola quanto para a população trabalhadora, [seria preciso] criar, fora das terras da fazenda monocultora privada, mas próxima a essas fazendas, uma propriedade minifundiária familiar para o assalariado agrícola, a começar pelos trabalhadores temporários, destinada a assegurar emprego produtivo, ainda que pouco produtivo, para o tempo livre do trabalhador temporário da monocultura e para os membros de sua família (Rangel, 2012a, p. 62).

Aliadas ao “fortalecimento da posição do agricultor” (Rangel, 2012a, p. 62) em face do monopólio ou monopólio através da “aplicação de mecanismos de preço mínimo” e da concessão de terras públicas a agricultores por inovações institucionais possíveis pela plasticidade do direito fundiário (Rangel, 2012a, p. 73), tais medidas teriam como objetivo amortecer os efeitos sociais do primeiro surto de industrialização no Brasil, que começa em 1930. De fato, se esse surto produziu emprego e crescimento econômico, também permitiu a emergência de certas mazelas sociais nos centros urbanos, “hoje sobrecarregados por uma numerosa população inativa, de vagabundos, prostitutas, inúteis biscateiros ou simples desempregados, que, em última instância, são destroços da antiga família camponesa, desfeita no processo de *enclosure*” (Rangel, 2012a, p. 68).

Rejeitando as proposições de uma reforma agrária de tipo radical (através da repartição do grande latifúndio) como solução para a questão agrária, Rangel afirma que suas proposições tinham o mérito de ser viáveis, dada a força política da coalizão de classes dominante no país, que unia contraditoriamente latifundiários, de um lado, e capitalistas industriais, de outro. Ao ter maleabilidade para se situar no meio de tal contradição, argumenta Rangel, sua proposta poderia absorver a população excedente das cidades e, com isso, reestruturar aqueles núcleos familiares que não conseguiram se manter viáveis economicamente ante o surto de evolução da técnica produtiva gerada pelo processo de industrialização:

Uma das consequências sociais mais importantes [da proposta de Rangel] seria a tendência implícita à reconstituição da família, pois esta tornar-se-ia menos onerosa para o seu chefe, uma vez que os membros “inativos” — as mulheres, os adolescentes, os velhos — teriam oportunidade de contribuir para o próprio sustento (Rangel, 2012a, p. 68).

Aqui, sua questão é como alocar produtivamente toda uma população que se situa às margens do processo produtivo e, principalmente, aqueles que se concentravam em um trabalho que não se traduzia em renda monetária. De fato, uma grande parte destes eram justamente as mulheres responsáveis pelos afazeres domésticos.

6. O TRABALHO DOMÉSTICO ENQUANTO TOTALIDADE

Em relação aos seus contemporâneos economistas (principalmente aqueles da Cepal), Rangel demonstrava uma capacidade significativamente maior de considerar o trabalho doméstico como parte central do processo de desenvolvimento econômico. Não julgando apenas pontual, ele situa essa discussão no centro da própria solução da questão agrária. Na esteira das considerações de Federici sobre a importância do trabalho daqueles que estão

fora das esferas de reconhecimento do trabalho nas fábricas, Rangel, em pelo menos quatro de suas obras, considerava essa temática como central para pensar aquelas questões que marcaram o debate público na sua época, como o desafio de superação do subdesenvolvimento, a superpopulação nas cidades, a questão da fome e o papel da substituição de importações para o processo de industrialização. Longe de ser o único que discute tal temática no pensamento social brasileiro — Saffioti (2013) e Gonzalez (2020) estão entre os tantos intelectuais que o acompanham —, já em 1954, em sua obra *O desenvolvimento econômico no Brasil*, Rangel (2012e) enfatizava a importância desse debate, seja para seus colegas economistas na academia, seja para aqueles quadros que ocupavam papéis de governo e que se deparavam com as contradições dos problemas práticos (como era o caso dele próprio).

Nesse sentido, se o marxismo é frequentemente acusado de ser economicista pelo fato de eleger categorias como modo de produção e formação econômico-social como centrais para a análise do mundo social, as contribuições de Rangel mostram que categorias que sintetizam a dinâmica de processos sociais e econômicos abrangentes (como Estado, industrialização, desenvolvimento, subdesenvolvimento) não necessariamente excluem as particularidades dos modos de vida de populações singulares. De fato, resolver essas questões particulares faz parte da própria solução das questões gerais, como demonstra a forma como Rangel encara a questão agrária.

Mais uma vez, a influência de Hegel em seu pensamento se faz presente, sobretudo se considerarmos a maneira pela qual ele enxerga o universal no particular:

Toda realidade concreta é particular e em cada particularidade está presente todo o universo. Ora, a experiência demonstra que essa realidade complexa que é a economia brasileira não é uma babel. Comerciantes, industriais, banqueiros, operários, camponeses, todos aprendem, pela experiência própria, sedimentada e preliminarmente generalizada em bom senso, a orientar-se no seu interior, a perseguir e conquistar um lugar dentro dela. Isso significa que a interação de todos aqueles conjuntos de leis não resulta em caos, em reinado do acaso, mas em comportamentos estáveis e racionais que devem ser sistematizados e explicados se quisermos que a economia política seja uma ciência no Brasil (Rangel, 2012c, p. 293).

Aqui, caberia ao cientista social mediar analiticamente a relação dialética entre partes (comerciantes, industriais, banqueiros, camponeses) e todo (projeto nacional, desenvolvimento, industrialização). De fato, se, por um lado, “a realidade não pode ser apreendida pelo espírito senão por partes, gradativamente” (Rangel, 2012d, p. 133), por outro, pela síntese, seria necessária “a reunião dos aspectos idealmente separados”, de modo a “reconstituir o objeto estudado, o concreto, em toda a sua riqueza de detalhe” (Rangel, 2012d, p. 134).

Tais considerações são fundamentais para compreendermos a fundamentação metodológica que sustenta o esforço de Rangel em compreender a questão do trabalho reprodutivo. Isso porque não há como separar suas descrições (por vezes, bastante detalhadas) sobre a condição de trabalho de mulheres e crianças no complexo rural daquelas sobre processos abrangentes como o funcionamento do capitalismo brasileiro, nem muito menos compreender estes últimos sem entender a vida local da população camponesa, seus processos laborativos e sua sociabilidade familiar. De fato, Rangel tem a capacidade de ver na construção rudimentar de uma casa própria a incapacidade do Estado em destinar racionalmente a força de trabalho, bem como os problemas que isso traz para o comércio externo.

Reduzir ao máximo o tempo despendido em trabalho doméstico, induzindo a transferência do trabalho exercido na economia natural para a economia de mercado — seja no campo, seja nas cidades —, é justamente “o ponto de partida do desenvolvimento”

Nesse contexto, não faz sentido entender o problema do trabalho doméstico a partir de uma relação bidimensional de causalidade, ou seja, questionar se são as condições de uma economia subdesenvolvida que condicionam o trabalho doméstico das mulheres ou se é este último que aparece na análise enquanto variável independente do modo de produção. De fato, em Rangel, *todo e parte* não guardam entre si uma relação de causalidade, mas de contradição.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS: OS AVANÇOS E LIMITES DO PENSAMENTO RANGELIANO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA

Em um contexto pós-pandêmico, o debate sobre infraestruturas de cuidados voltou para o centro do debate sobre desenvolvimento (Nassif-Pires, 2021). Evidenciados pelo árduo trabalho de enfermeiras e cuidadoras que precisaram tomar conta daqueles que sofreram as sequelas físicas e psicológicas da covid-19, os cuidados emergiram como ponto nevrálgico para pensar temáticas caras ao pensamento desenvolvimentista, como a criação do complexo industrial da saúde (Gadelha, 2021). Nesse contexto, uma releitura da obra de Rangel, partindo da relação entre visibilidade e invisibilidade do trabalho doméstico, pode liberar novas formas de interpretar os clássicos do pensamento econômico brasileiro.

Isso não quer dizer que várias das afirmações de Rangel não sejam limitantes. Nesse sentido, é perfeitamente possível questionar a forma pela qual o economista maranhense mobiliza o conceito de *família*, bem como suas afirmações sobre quem é o *chefe da família* e quem são considerados como os *inativos*. Além disso, Rangel parece se implicar numa das críticas que feministas como Federici fazem acerca da associação problemática entre feminilidade e propensão a fazer tarefas domésticas. Autoras como Federici afirmam que tal associação leva inevitavelmente à naturalização da sobrecarga de trabalho vivida por mulheres no espaço doméstico, já que, por uma suposta inclinação natural, presume-se que elas deveriam realizar as atividades domésticas por “carinho” e “dedicação” aos filhos e maridos. Em seu argumento, Rangel parece reproduzir essa associação nas entrelinhas do seu texto, especialmente quando caracteriza as tarefas realizadas por mulheres no espaço doméstico como o avesso da avareza (Rangel, 2012a).



Fila para distribuição de marmitas a moradores de rua no centro de São Paulo. Junho de 2021

Tais limitações, no entanto, devem ser entendidas no contexto das discussões que se desenrolavam à época, sob o risco, caso isso não seja feito, de se produzirem leituras anacrônicas, que importam discussões de locais e épocas que não aqueles de um país assolado pela fome, pobreza e por carências como a falta de acesso à água, à habitação e a inflação, como o Brasil em que Rangel viveu e por cuja transformação lutou.

* Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

► Texto recebido em 11 de janeiro de 2024; aprovado em 12 de setembro de 2024.

- FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- _____. **O patriarcado do salário**: Notas sobre gênero, Marx e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.
- _____. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2018.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- GADELHA, Carlos A Grabois. O complexo econômico-industrial da saúde (Ceis): uma nova abordagem da política de desenvolvimento para o Brasil. *In*: RONCAGLIA, André; BARBOSA, Nelson. **Bidenomics nos trópicos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. p. 99-114.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções, diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 1992.
- JABBOUR, Elias. O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignácio Rangel. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 3, p. 561-583, dez. 2017.
- MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- NASSIF-PIRES, Luiza. Investimentos em infraestrutura de cuidado: considerações para um projeto de desenvolvimento igualitário para o Brasil. *In*: RONCAGLIA, André; BARBOSA, Nelson. **Bidenomics nos trópicos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2021. p. 131-148.
- PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968. p. 95-152.
- RANGEL, Ignácio de Mourão. A questão agrária brasileira (1962). *In*: RANGEL, Ignácio de Mourão. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Contraponto, 2012a. v. 2, p. 23-80.
- _____. Desenvolvimento e projeto (1956). *In*: RANGEL, Ignácio de Mourão. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Contraponto, 2012b. v. 1, p. 203-284.
- _____. Dualidade básica da economia brasileira (1957). *In*: RANGEL, Ignácio de Mourão. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Contraponto, 2012c. v. 1, p. 285-354.
- _____. Introdução ao desenvolvimento econômico brasileiro (1955). *In*: RANGEL, Ignácio de Mourão. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Contraponto, 2012d. v. 1, p. 129-202.
- _____. O desenvolvimento econômico no Brasil (1954). *In*: RANGEL, Ignácio de Mourão. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento; Contraponto, 2012e. v. 1, p. 39-128.
- SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.